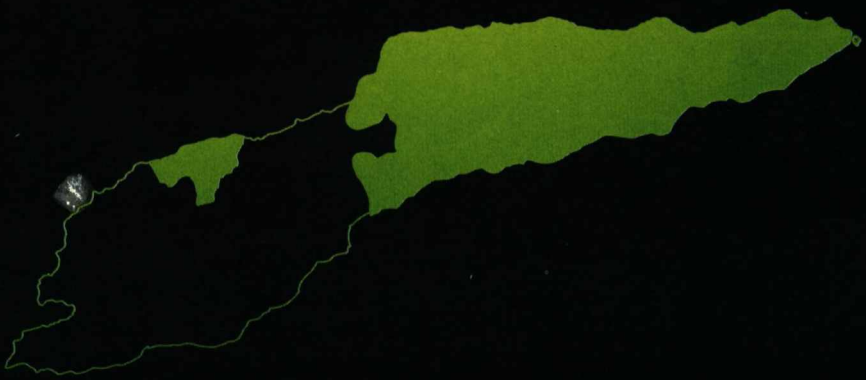
TL1202

Já ouviu falar de



TIMOR LESTE?

Timor Leste
os factos fundamentais

Timor é a mais oriental das ilhas "Nusa Tenggara" no arquipélago indonésio e está situada a cerca de trezentas milhas de Darwin, na Austrália. Timor-Leste inclui a parte mais montanhosa da ilha, o enclave de Oe-cussi, na parte ocidental e Atáuro, uma pequena ilha a norte de Dili, a capital de Timor-Leste e principal porto. Timor Ocidental é uma antiga colónia holandesa que foi anexada pela Indonésia após a independência em 1945. A divisão da ilha remonta, no entanto, aos tempos coloniais, altura em que a ilha se separou em dois reinados. Apesar de agora falarem o *bahasa* indonésio, muitos timorenses orientais preferem exprimir-se em *tetum*, *português* ou noutras das mais de trinta línguas étnicas. O catolicismo está generalizado, mas as antigas tradições animistas persistem.

O passado colonial

Os navegadores portugueses chegaram a Timor no século XVI. Tal como os chineses e mercadores ocidentais do arquipélago, antes deles, também os portugueses viram na ilha uma fonte abundante de sândalo. Nos dois séculos seguintes, a influência portuguesa limitou-se a acções mis- sionárias e só no século XVIII se estabeleceu uma sede de governo. Pouco depois, perante o conflito com os holandeses pelo domínio do comércio de sândalo, os portugueses recuaram para a parte oriental de Timor. Até aos finais do século XIX, a autoridade portuguesa nunca foi forte - o domínio era frequentemente repelido com eficácia pelos *liurai*, os dirigentes nativos da ilha. Os missionários dominicanos também se envolveram em revoltas e na oposição ao governo.

Uma série de rebeliões sangrentas entre 1894 e 1912 acabaram por conduzir a uma "pacificação" efectiva. Entretanto, o comércio do sândalo diminuíra e com Portugal mergulhado numa fase de depressão depois da Grande Guerra, Timor-Leste caíu no abandono económico, destacando-se, apenas, como um modesto produtor de café de alta qualidade e como um país distante, destino de exilados políticos.

Durante a segunda Guerra Mundial, 20,000 soldados japoneses

ocuparam Timor-Leste, apesar da neutralidade de Portugal. Várias centenas de soldados australianos conduziram uma guerra de guerrilha matando 1,500 japoneses e prendendo os restantes. O êxito desta operação foi conseguido com a ajuda inestimável dos timorenses ocidentais que pagaram duramente os custos deste apoio prestado. Os japoneses destruíram aldeias inteiras, roubaram mantimentos e executaram timorenses que viviam nas áreas onde os australianos actuavam. As explorações situadas nas zonas de guerra foram abandonadas, o que provocou a fome. Se incluirmos as mortes causadas pelos bombardeamentos aéreos dos aliados, que se destinavam a preparar o terreno para a recaptura da ilha, mais de 40,000 timorenses orientais morreram até ao fim da guerra.

Portugal reconquistou o domínio do território depois da guerra apesar da tendência geral para a descolonização. A característica mais notória da governação portuguesa foi o abandono - as infraestruturas de saúde e educação eram praticamente inexistentes e havia poucas estradas e fora de Dili. Após a guerra, porém, Timor-Leste assistiu à melhoria da sua economia e a uma estabilidade relativa apesar de uma rebelião, prontamente abafada, em 1959 e de, na década de sessenta, uma élite culta com aspirações nacionalistas ter começado a dar sinais de vida. A natureza do domínio colonial foi, sempre, repressiva e alvo de críticas internacionais.

A guerra civil e a invasão Indonésia

A "Revolução dos Cravos" de 25 de Abril de 1974 que depôs o regime de Marcelo Caetano, precipitou a formação de partidos políticos em Timor-Leste, assim que o processo tardio de descolonização principiou. Os dois partidos mais populares eram a União Democrática Timorense (UDT) e a Frente Revolucionária para a Independência de Timor-Leste (FRETILIN). Apenas a Associação Popular Democrática Timorense (APODETI) - que era financiada pela Indónesia e nunca teve mais de trezentos apoiantes - era a favor da integração na Indonésia. Tanto para a UDT como para a FRETILIN a independência era o objectivo principal e, apesar de preverem um calendário diferente, formaram no ínicio uma coligação, que veio a desfazer-se, não tanto por divergências ideológicas incompatíveis mas, mais, por virtude da postura débil e ambígua de Portugal e de uma campanha persistente de desestabilização conduzida pela Indonésia.

Preocupados com os boatos espalhados por Jacarta de que a

Todos os países têm direito à independência, sem excepção para o povo de Timor... Qualquer que seja o governo de Timor no futuro, depois da independência, pode estar certo de que o governo se empenhará em manter boas relações de amizade e cooperação, para bem de ambos os países

Adam Malik, Ministro dos Negócios Estrangeiros Indonésio, 17 de Junho de 1974

FRETILIN estava infiltrada de comunistas e preparava um golpe-de-estado, os líderes da UDT encenaram um "contra-golpe" nos primeiros dias de Agosto de 1975, ocupando os lugares-chave e declarando que desejavam a independência, mas também uma ligação a Portugal. Dias depois, a resposta da FRETILIN conduziu ao início de conflitos encarniçados. Mais numerosa e bem equipada, a FRETILIN conquistou o domínio da colónia em apenas três semanas. Cerca de 3.000 pessoas morreram, durante a guerra civil. Embora a FRETILIN continuasse a reconhecer a soberania portuguesa, a recusa de Portugal em prosseguir o processo de descolonização tornou a FRETILIN no governo "de facto".

A Indonésia efectuava, entretanto, manobras militares na fronteira de Timor Ocidental, o que desencadeou um espírito de resistência redobrado na colónia. Muito embora o Ministro dos Negócios Estrangeiros Indonésio, Adam Malik, tivesse garantido, por escrito, que a Indonésia não reivindicaria o território e apoiava o direito de Timor-Leste à autodeterminação, o seu governo preparava-se para tomar o poder. O receio de que a comunidade internacional pudesse ter uma reacção adversa foi contrabalançado pelo encorajamento de Gough Whitlam, o primeiro-ministro australiano. Com o intuito de justificar a mentira de que a guerra civil não terminara, de que a FRETILIN era responsável pela escalada de atrocidades e de que milhares de refugiados estavam em fuga para Timor Ocidental, as tropas Indonésias assassinaram cinco jornalistas de televisão australianos em Balibo. Os governos ocidentais sabiam, através das suas redes de informação, a verdade e o que estava a acontecer. Em 28 de Novembro, num esforço para atrair o apoio internacional enquanto a invasão tomava forma, a FRETILIN declarou, unilateralmente, a independência e proclamou a República Democrática de Timor-Leste.

A 7 de Dezembro de 1975, a Indonésia atacou Dili, por mar e ar. Centenas de timorenses e de chineses foram, indiscriminadamente, abatidos nas ruas e foi grande o número de execuções públicas.

Reforços substanciais esmagaram a forte resistência que operava em Dili. Nos dias 25 e 26 de Dezembro foram feitos desembarques em Liquica e Maubara, conduzindo a mais massacres da população. Em Fevereiro de 1976, o Vice-Governador de Timor-Leste, de nomeação Indonésia, admitiu que 60,000 pessoas haviam morrido desde a invasão. Como resultado destas atrocidades e das que se lhe seguiram, as populações de cidades inteiras e aldeias vizinhas abandonaram as suas casas em busca de zonas seguras, atrás das linhas da FRETILIN. Desta forma, mais de 500,000 timorenses foram deslocados. Em Abril de 1976 havia 32,000 soldados Indonésios em Timor-Leste, para além dos 10,000 estacionados em Timor Ocidental. No dia 31 de Maio, as autoridades militares Indonésias convocaram uma "Assembleia do Povo" e os vinte e oito delegados a este corpo não eleito aprovaram uma resolução reclamando a integração. A 17 de Julho, o Presidente Suharto assinou a lei que integrava Timor-Leste na Indonésia e a considerava como 27.º província.

Guerra e resistência

Apesar de dotadas de recursos muito superiores, as forças Indonésias sofreram, nos primeiros meses, muitas baixas. O seu controlo sobre o território limitava-se às zonas costeiras e fronteiriças. Os aviões anti-guerrilha que a Indonésia adquiriu após 1977 foram peça-chave da campanha de cerco e aniquilamento. O governo americano forneceu os aviões mais importantes (OV10-Broncos, F5 e A4), bem como aviões de transporte, carros blindados e uma quantidade enorme de espingardas, metralhadoras e equipamento de comunicações. A Indonésia comprou, também, "Sabres" à Malásia, helicópteros Alouette à França e aviões-caça de treino à Inglaterra. As zonas montanhosas, onde as populações se refugiaram, foram intensamente bombar-

Os Estados Unidos desejaram que fosse este o destino de Timor e trabalharam para que isso acontecesse. O Departamento de Estado desejou a ineficácia completa e total das Nações Unidas na concretização de todas as medidas tomadas. Incumbiram-me desta missão e eu cumpri-a com êxito considerável.

Daniel Patrick Moynihan, Embaixador nas Nações Unidas

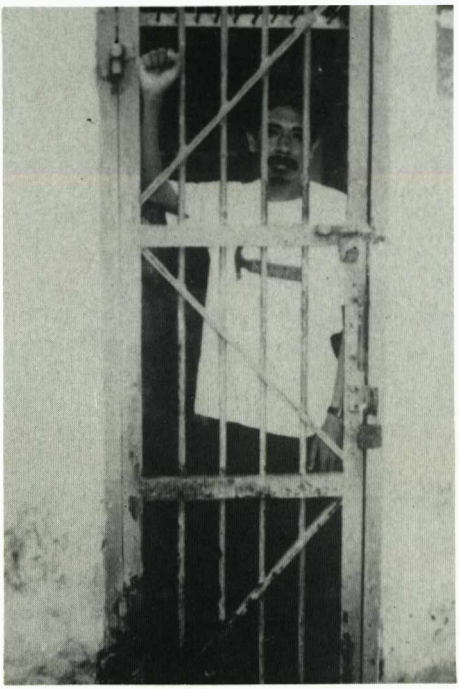
deadas, impedindo o cultivo dos campos. A fome veio juntar-se aos efeitos dos ferimentos, das doenças e dos deslocamentos. Em 1978 e 1979, centenas de timorenses foram forçados a abandonar as montanhas. Comunidades inteiras foram separadas e agrupadas em "aldeias estratégicas". As equipas de socorro autorizadas a participar na limitada operação de ajuda compararam a situação à do Biafra, durante a guerra-civil da Nigéria. Calcula-se que, de uma população de 700,000 pessoas, 200,000 tenham perecido.

Em 1979, os Indonésios controlavam todo o país e acreditavam que a FRETILIN estava derrotada pois todos os seus líderes haviam sido mortos ou presos. Porém, a Leste, um punhado de guerrilheiros sobreviveu e reuniu-se sob a liderança de Xanana Gusmão. Em 1980, a resistência recomeçou as operações com unidades menores e conduzindo uma guerrilha defensiva clássica. Sem qualquer apoio externo, as FALINTIL sobreviveram a novas operações militares em 1981, 1983-84, 1986-87, 1988 e 1990 conseguindo criar ligações com povoações estratégicas, bem como com Dili e outras cidades.

Apesar do cessar-fogo de 1983, altura em que o comandante militar Indonésio se encontrou com Xanana Gusmão, as forças militares do ocupante enveredaram por uma repressão implacável. Recrutaram civis para caminharem à frente das tropas de primeira linha durante as operações designadas por "barreira de pernas", de modo a afastar os

guerrilheiros. A vigilância intensificou-se e aos suspeitos de colaboração com a resistência aplicava-se um tratamento brutal. Os que se rendiam eram, muitas vezes, executados de imediato, e ocasiões houve em que centenas de civis foram massacrados a sangue-frio. Existe documentação que refere numerosos casos de assassinato, "desaparecimento", violação e prisão política.

O tecido social de Timor-Leste ficou ainda mais afectado com o realojamento de 90% da população, quebrando laços de consanguineidade de que as redes de resistência dependiam. Apenas 20% das aldeias não tinham sido transferidas. As novas aldeias foram construídas longe das antigas, junto a estradas e cruzamentos, cercadas e guardadas por tropas. As restrições às deslocações eram tão severas que somente a terra em redor das aldeias podia ser cultivada - a terra em breve deixou de produzir por excesso de utilização e a fome generalizou-se. Para além disto, milhares de transmigrantes Indonésios ocuparam as terras donde os timorenses foram expulsos. Cerca de 100,000 migrantes indonésios, na totalidade, chegaram e trabalham, hoje, em escritórios, no comércio e são donos dos mercados. O objectivo é o de diluir a população local. Os timorenses são convidados a participar num programa de planeamento familiar financiado pelo Banco Mundial. Também a administração civil foi preenchida com pessoal militar e os sectores-chave da economia ficaram a ser geridos por monopólios militares onde grassa a corrupção. Os timorenses são preteridos aquando do recrutamento para muitos empregos.



Timor-Leste foi mantido isolado do resto do mundo e as visitas que ocorreram eram, manifestamente, encenadas. A tenacidade da resistência timorense conduziu a um círculo vicioso em que a crescente força militar levava ao endurecimento da oposição popular. Perante estas tentativas de pacificação e o protesto mundial pelo isolamento de Timor-Leste, as autorida-

Eu concordaria que o território ficasse sob a administração das Nações Unidas como primeiro passo para a busca de uma solução final. Já afirmei e repito que estou interessado em discutir qualquer plano para se chegar a uma solução sob a supervisão das Nações Unidas e com a assinatura de um cessar-fogo.

Xanana Gusmão, entrevistado por Robert Domm, 27 Dezembro 1990

des indonésias viram-se obrigadas a abrir o território ao exterior. Permitiu-se a entrada de turistas e os jornalistas deixaram de ter de obter autorizações especiais.

As potências Ocidentais e a posição das Nações Unidas

A 22 de Dezembro de 1975, oito dias depois da invasão Indonésia, o Conselho de Segurança das Nações Unidas exigiu, por unanimidade, ao "Governo da Indonésia que retirasse, sem demora, todas as suas forças do território". A resolução exigia a todos os Estados que "respeitassem a integridade de Timor-Leste, assim como o direito inalienável do seu povo à autodeterminação, de acordo com a Resolução da Assembleia Geral 1514 (XV)". Desafiando a resolução das Nações Unidas, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia negou a existência de tropas em Timor-Leste, afirmando que as forças anti-FRETILIN eram apoiadas por voluntários. O único esforço positivo da intervenção das Nações Unidas foi uma tentativa de mandar um enviado em Fevereiro de 1976, a qual foi, eficazmente, sabotada pela Austrália.

Até 1982, a Assembleia Geral aprovou resoluções anuais sobre Timor-Leste, patrocinadas pelas antigas cinco colónias portuguesas de África e por Portugal. Os E.U.A. abstiveram-se em 1975 e, desde 1976, sempre, votou contra. A Austrália, o primeiro país ocidental a reconhecer "de facto" e, depois, "de jure", a anexação por parte da Indonésia, votou a favor de Timor-Leste em 1975, absteve-se em 1976 e 1977 e desde então, votou contra. Com poucas excepções, os países ocidentais, incluindo o Reino Unido, abstiveram-se. A maioria dos países ocidentais e dos antigos países de leste não estão dispostos a prejudicar as relações económicas com a Indonésia, em troca do apoio à autodeterminação de Timor-Leste. Em 1982, a Resolução 37/30 foi aprovada por 50 votos contra 46, o que determinou que o Secretário-Geral desse início às consultas com todas as partes directamente envolvidas.

No entanto, apenas Portugal e a Indonésia foram consultados. O antigo Secretário-Geral das Nações Unidas, Perez de Cuellar, ignorou as exigências para que ouvisse os representantes do povo Timorense e informou, anualmente, a Assembleia Geral de que as conversações estavam a decorrer. Na realidade, tinham chegado a um impasse - a Indonésia recusou a inclusão da questão da autodeterminação e, enquanto Portugal receava que as conversações pudessem ser interrompidas, nenhum outro país tomou a iniciativa de impedir que o caso se afundasse num atoleiro de inércia. Como consequência, nenhuma outra questão voltou a ser agendada e a Assembleia Geral encontra-se, eficazmente, calada.

Timor-Leste, porém, não era uma terra sem valor. No norte da ilha, situam-se os canais profundos dos estreitos de Ombar-Wetai, que eram de importância estratégica vital; no Sul, fica a Plataforma de Timor, um leito de mar entre Timor e a Austrália, onde se descobriram enormes reservas de petróleo. Em 1978, a Austrália reconheceu "de jure" a integração como um passo preliminar para a conclusão do acordo sobre esta plataforma. A posição pragmática dos Estados Unidos e Austrália influenciou as atitudes dos estados ocidentais e contribuíu, substancialmente, para a falta de vontade política da ONU. Além disso, os E.U.A. pressionaram alguns países a mudarem o sentido do seu voto, como foi o caso da pequena e pacífica ilha de Vanuatu que foi ameaçada de ver cortada a ajuda que recebia. Ao mesmo tempo, as nações ocidentais e o Banco Mundial forneceram uma ajuda ainda maior à Indonésia, que em 1991 se cifrou em 4,75 mil milhões de dólares.

A Amnistia Internacional e a Asia Watch, apesar de não terem sido autorizadas a entrar, têm publicado, com regularidade, relatórios que documentam o desrespeito pelos direitos humanos. A Subcomissão das Nações Unidas para a Prevenção e Protecção das Minorias, composta por peritos independentes, aprovou várias resoluções condenando a situação. Infelizmente, o organismo principal, a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, composta por missões de Estados, não teve a vontade política para actuar de acordo com as recomendações. Em 1990, a Indonésia foi eleita para a Comissão.

O massacre de Santa Cruz

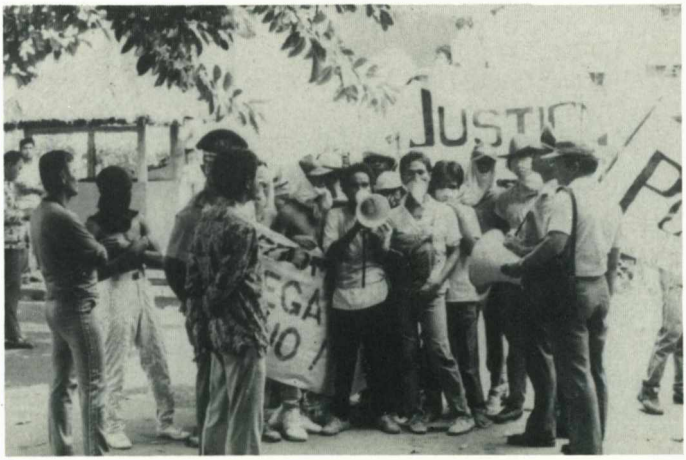
A frágil e insignificante abertura de Timor-Leste permitiu que a resistência urbana adoptasse uma táctica política mais aberta. Embora a

Quando levam estas pessoas para a prisão, a primeira coisa que lhes fazem é espancá-las. Tenho recebido cartas de prisioneiros e ex-prisioneiros que me contam todos os tipos de tortura, choques eléctricos, queimadura dos órgãos genitais com cigarros, mergulhos em barris de água gelada e chicotadas até dizerem que são colaboradores da FRETILIN

Bispo D. Ximenes Belo, 11 de Fevereiro de 1993

visita do Papa, em 1989, tivesse a intenção de mostrar que deixara de haver um problema de segurança e que a população tinha aceite a integração, a Missa Papal terminou com uma manifestação a favor da independência que foi notícia em jornais de todo o mundo. Duas outras manifestações, em Janeiro e Setembro de 1990, acabaram em confrontos entre estudantes e soldados. A resistência civil veio a representar um papel destacado ao colaborar com a resistência armada - era tal a organização do movimento clandestino que Robert Domm, um advogado australiano, consegui passar a segurança indonésia para se encontrar com Xanana e entrevistá-lo.

Depois de 1985, as consultas entre Portugal e a Indonésia concentraram-se na negociação dos termos em que ocorreria uma visita de deputados portugueses a Timor-Leste e, embora as discordâncias diplomáticas afastassem os dois lados, ficou, finalmente, estabelecido que a deslocação se realizaria em Novembro de 1991. Os timorenses preparavam-se para aproveitar a visita e mostrar a sua oposição à presença Indonésia, o que levou a um aumento da repressão e ameaças de morte, a fim de evitar que a população contactasse os deputados portugueses. Pouco tempo antes da partida da delegação, a visita foi indefinidamente adiada, supostamente devido às objecções da Indonésia à inclusão de uma jornalista australiana. No dia 12 de Novembro, após assistirem a uma missa em memória de um



activista independentista, os manifestantes marcharam pelas ruas até ao cemitério de Santa Cruz. As tropas indonésias atiraram, deliberadamente, sobre a multidão, matando mais de 200 pessoas. O filme do massacre, testemunhado por vários jornalistas estrangeiros, foi amplamente exibido, causando o repúdio público um pouco por todo o mundo.

As autoridades indonésias tentaram justificar as mortes como um incidente isolado e atribuir as culpas a desordeiros desempregados. Todavia, os países ocidentais condenaram o massacre e pressionaram o governo indonésio o suficiente para que este tomasse uma iniciativa sem precedentes: formar uma comissão de inquérito e julgar vários militares em tribunal militar. Mas nenhum deles alterou a posição oficial sobre Timor-Leste. A 19 de Dezembro, a Austrália e a Indonésia assinaram o tratado final para a produção de petróleo na Plataforma de Timor. Em 2 de Fevereiro de 1992, a Inglaterra vendeu um navio de abastecimento à Marinha Indonésia; a British Aerospace está em vias de entregar uma encomenda de jactos Hawk. A venda de armas continua em crescimento. Em Março, a Comissão para os Direitos Humanos das Nações Unidas não hesitou em aprovar uma resolução a condenar o massacre e felicitou o governo indonésio pelas medidas tomadas. Apesar de rejeitar a ajuda holandesa por causa da sua suspensão temporária e da possibilidade da futura ligação entre a ajuda e o respeito pelos Direitos Humanos, a Indonésia recebeu um apoio recorde de cinco mil milhões de dólares.

O repúdio internacional pelo massacre de Santa Cruz obrigou o Presidente Suharto a mostrar-se "imparcial", levando timorenses e militares indonésios a julgamento. Na realidade, os timorenses que se manifestaram pacificamente em Jacarta, foram senteciados em nove e dez anos, enquanto os soldados indonésios que dispararam sobre uma multidão indefesa foram punidos com apenas alguns meses. Os que foram julgados em Dili receberam penas ainda maiores, que foram de quinze anos a prisão perpétua. Os corpos daqueles que foram assassinados durante o massacre não foram entregues às famílias enlutadas. Timor-Leste, apesar dos desmentidos oficiais, encontra-se, de novo, vedado e a lei da repressão militar entrou, mais uma vez, em vigor. Há noticias de execuções, efectuadas no rescaldo do massacre.

As conversações da ONU e a prisão de Xanana

À luz do massacre de Santa Cruz e do papel crescente das Nações

Unidas na resolução de conflitos regionais, era difícil ignorar a ilegalidade da anexação de Timor-Leste pela Indonésia. As negociações preliminares entre a Indonésia e Portugal preparavam o terreno para conversações sérias nas Nações Unidas em Nova Iorque com início em 17 de Dezembro de 1992, que deviam abrir caminho para a participação timorense nas "conversações de aproximação". Pensava-se que o Secretário-Geral Boutros-Gali se preparava para consultar os líderes timorenses, especialmente Xanana Gusmão e o Bispo Ximenes Belo, chefe da Igreja Católica de Timor-Leste.

Contudo, antes das conversações de Nova Iorque se realizarem, Xanana Gusmão foi preso pelas forças de segurança indonésias a 20 de Novembro, nos arredores de Dili. Na sequência disso, vários familiares e amigos em casa de quem se alojara foram, igualmente, presos. As organizações clandestinas foram obrigadas a dissolver-se publicamente e os militares anunciavam a notícia falsa de que muitos elementos da resistência se tinham rendido. O próprio Xanana foi exibido na televisão numa série de entrevistas em que renunciava à luta pela independência e afirmava que Timor-Leste era parte da Indonésia. Esta aparente alteração de opinião foi tão abrupta que muitos observadores, incluíndo o Bispo D. Ximenes Belo, sentiram que era uma prova de coerção e/ou tortura. Apesar das exigências internacionais para a sua libertação, Xanana foi acusado de rebelião, conspiração e tentativa de formar um estado separado e, também, de porte ilegal de armas de fogo. A punição das primeiras acusações pode ir até à prisão perpétua, enquanto a última é púni- vel com pena de morte. O julgamento começou em Fevereiro de 1993.

Embora a resistência timorense não se limite a Xanana, a sua captura foi, sem dúvida, um revés. As conversações de Nova Iorque foram infrutíferas, não produzindo mais que um acordo para novo encontro em Roma, em Abril deste ano. Os indonésios limitaram-se a dizer que nada havia em discussão, uma vez que os timorenses orientais tinham expresso o desejo de se tornarem in-

donésios através do voto da "Assembleia do Povo". Ainda que o Secretário-Geral pareça ser solidário com a luta do povo de Timor-Leste, não tem revelado, aber- tamente, as sua críticas à Indónesia - relatórios fortemente críticos, como o do Enviado Especial Amos Waco que visitou Timor-Leste em Fevereiro de 1992, não foram, ainda, publicados. Nestas circunstâncias, as conversações entre Portugal e a Indonésia poderão, muito bem, voltar a imobilizar-se.

Prisões, torturas, execuções sumárias e desaparecimentos continuam a ser um lugar comum. Até que os Timorenses possam realizar um verdadeiro acto de autodeterminação, não haverá solução Internacionalmente aceitável para o problema de Timor-Leste.

Março de 1993

Ficha Técnica

Autoria: British Coalition for East Timor (BCET)
PO Box 2349, London EI 3HX

Edição: Comissão para os Direitos do Povo Maubere - CDPM
Rua Pinheiro Chagas, 77 - 2.º Esq.
1000 LISBOA

Tradução: Idalina Francisco e Florinda Castro

Concepção gráfica: Gabriela Tasso

Composição: Ponto 2 - Artes Gráficas, Lda.

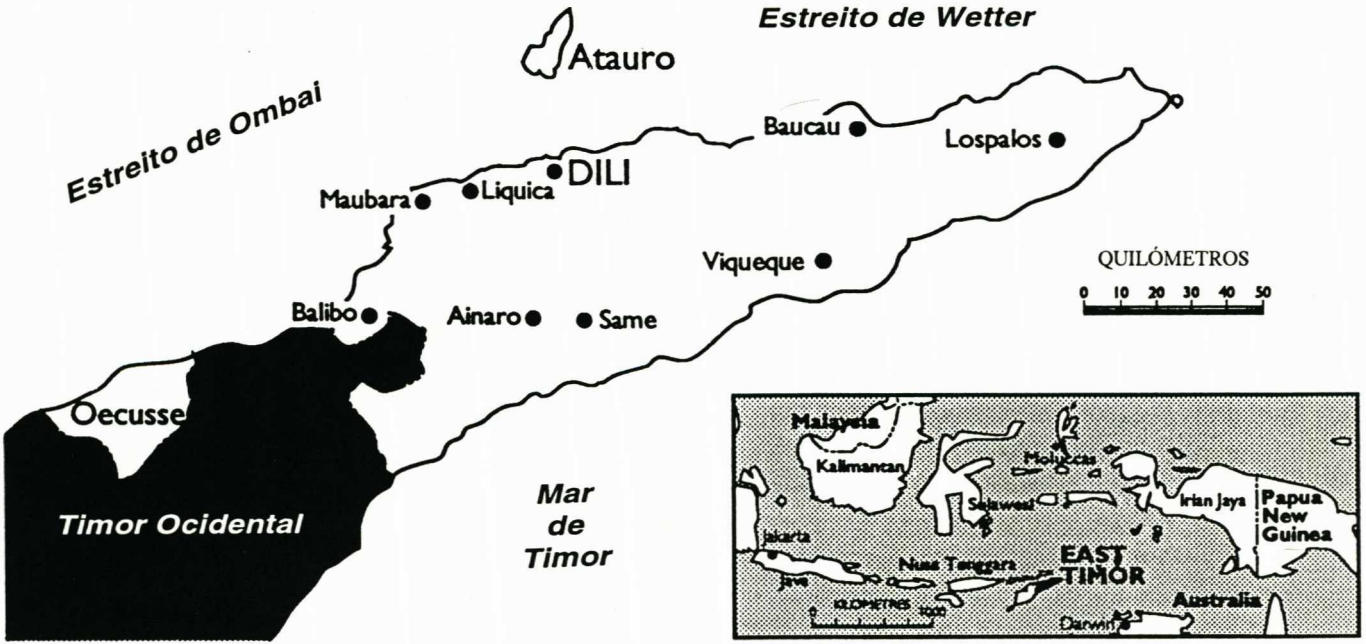
impressão: Imprensa Municipal

Coordenação: Câmara Municipal de Lisboa - Divisão de Bibliotecas e Documentação
Vanda de Freitas

Depósito Legal n.º 68 921 — 3000 ex.

LISBOA
CÂMARA MUNICIPAL
CULTURA

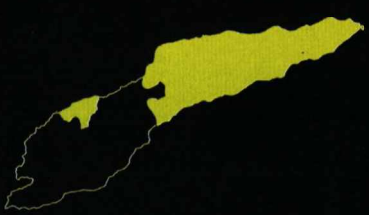
COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE


Estreito de Wetter
Atauro
Estreito de Ombai
Baucau
Lospalos
DILI
Maubara
Liquica
Viqueque
QUILÓMETROS
0 10 20 30 40 50
Balibo
Ainaro
Same
Oecusse
Timor Ocidental
Mar de Timor
Malaysia
Kalimantan
Sulawesi
Irian Jaya
Papua New Guinea
Jakarta
Java
Nusa Tenggara
EAST TIMOR
Australia
Darwin

Have you heard about

Exposição em Português, acompanhada de esclarecimentos e informação escrita em Inglês, Espanhol Francês Português e Alemão

Avez vous entendu parler de



EAST TIMOR?

TIMOR ORIENTAL?

Haben sie sehon von

R. de S. Bento, 182 - 184
LISBOA - Tel. 60 57 02

17 Agosto
a
18 Setembro

1993

¿Ha oído hablar de

OSTTIMOR TIMOR

GEHÖRT? LESTE?